



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

156
31
RECURSO DE AGRAVO Nº 0206760-9/01 – COMARCA - RECIFE
AGRAVANTE: BANCO UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS
BRASILEIROS S/A
AGRAVADO: LUCIANO DINIZ CORRÊA DE OLIVEIRA
RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

5715
EMENTA: RECURSO DE AGRAVO CONTRA DECISÃO
PROFERIDA EM APELAÇÃO CÍVEL – EXPURGOS
INFLACIONÁRIOS – ALEGAÇÕES DE IMPOSSIBILIDADE DE
APLICAÇÃO DAS REGRAS DO CDC E DE INAPLICABILIDADE
DOS JUROS REMUNERATÓRIOS – NÃO CONHECIDAS -
NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO.

- É pacífico na jurisprudência que as relações entre correntistas, detentores de contas-poupança, e as instituições financeiras é de ordem consumeirista, sendo, portanto, aplicável o CDC à espécie.

- Entende o Superior Tribunal de Justiça que, nas ações em que são questionados os critérios de remuneração das cadernetas de poupança, os juros remuneratórios integram o principal, deixando de ter natureza acessória, não se aplicando, portanto, o prazo prescricional do artigo 178, § 10º, II, do Código Civil.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0206760-9/01, da Comarca do Recife, em que é agravante Banco Unibanco – União de Bancos Brasileiros S/A e agravado Luciano Diniz Corrêa de Oliveira;

Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo.

Recife, 18 de 05 de 2010.

DES. FERNANDO MARTINS - RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins,

157
32
✓

RECURSO DE AGRAVO Nº 0206760-9/01

**AGRAVANTE: BANCO UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS
BRASILEIROS S/A**

AGRAVADO: LUCIANO DINIZ CORRÊA DE OLIVEIRA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

Sexta Câmara Cível

RELATÓRIO:

Trata-se de recurso manejado contra decisão que negou seguimento ao recurso de apelação interposto pelo Banco Unibanco, com base no art. 557, *caput*, do CPC.

Afirma que a apelação deveria ter sido apreciada pelo colegiado, a fim de garantir a aplicação dos princípios processuais.

Aduz que não poderiam ter sido aplicadas as regras incertas no CDC. Bem como, alega ter agido em conformidade com a lei vigente à época.

Alega, ainda, não serem cabíveis juros remuneratórios para contas-poupança cujos saldos já foram sacados.

Requer, o agravante a reconsideração da decisão vergastada, determinando o conhecimento e provimento do recurso de apelação. Face ao não exercício do juízo de retratação, ponho o feito em julgamento colegiado.

É o relatório.

Recife, de de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO.
Gabinete do Des. Fernando Martins,

158
33
D

RECURSO DE AGRAVO Nº 0206760-9/01

**AGRAVANTE: BANCO UNIBANCO – UNIÃO DE BANCOS
BRASILEIROS S/A**

AGRAVADO: LUCIANO DINIZ CORRÊA DE OLIVEIRA

RELATOR: DES. FERNANDO MARTINS

SEXTA CÂMARA CÍVEL

VOTO:

Em síntese, o agravante requer a reforma da decisão, para que seja dado seguimento e provimento à Apelação interposta.

Não obstante as alegações do recorrente pode o Relator negar seguimento ao recurso quando a decisão recorrida estiver em desacordo com súmula ou jurisprudência dominante do próprio Tribunal ou de Tribunal superior, o que notoriamente corresponde à hipótese dos autos. Isto porque, no tocante à matéria de correção de saldo de caderneta de poupança, a jurisprudência pátria é dominante no sentido de que são devidos, na correção de caderneta de poupança, o IPC de junho de 1987 (26,06%), o IPC de janeiro de 1989 (42,72%), conforme se verifica do vasto entendimento jurisprudencial colacionado à decisão terminativa de fls. 170/175 dos autos em apenso.

Em relação a alegação de inaplicabilidade do CDC, esta não há de prosperar, visto que é pacífico na jurisprudência que as relações entre correntistas, detentores de contas-poupança, e as instituições financeiras é de ordem consumeirista, sendo, portanto, aplicável o CDC à espécie.

Não procede a alegada quanto à aplicação dos juros remuneratórios, pois, conforme entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, nas ações em que são questionados os critérios de remuneração das cadernetas de poupança, os juros remuneratórios integram o principal, deixando de ter natureza acessória, não se aplicando, portanto, o prazo prescricional do artigo 178, § 10º, II, do Código Civil.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins,

159
34
J

Por tais motivos, não vislumbro no julgado violação aos princípios constitucionais.

Assim sendo, verifico que as razões trazidas com o presente recurso não são suficientes para modificar meu entendimento.

Por todas as razões expostas, voto pelo não provimento do presente recurso de agravo.

É como Voto.

Recife, de de 2010.


DES. FERNANDO MARTINS
RELATOR